

EDUCAÇÃO ESPECIAL E SEXUALIDADE: UMA ANÁLISE SOBRE A SEXUALIDADE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Caroline Tavares Pereira; Flávia Barbosa da Silva Dutra

Universidade do Estado do Rio de Janeiro; caroline.ctp@hotmail.com; fbsdutra@gmail.com

RESUMO

O principal objetivo desse trabalho é apresentar questões sobre preconceitos e tabus acerca da sexualidade da pessoa com deficiência. Muitas pessoas têm a visão distorcida sobre as capacidades das pessoas com deficiência, acreditando que suas demandas os impedem de ter uma vida considerada normal. Esse estudo busca desmistificar esse pensamento e discutir a sexualidade dessas pessoas, não apenas no âmbito fisiológico, mas também nos aspectos psicossociais. Para realizar essa abordagem foi realizada uma pesquisa bibliográfica e aplicação de entrevistas em pessoas com deficiência, como público alvo as pessoas cadeirantes. Por meio da realização das entrevistas e dos resultados obtidos a partir dela, foram observados os aspectos sociais, emocionais, fisiológicos e familiares que envolvem a sexualidade dessas pessoas.

Palavras-chave: Tabus, Sexualidade, Preconceitos, Deficiência, Cadeirantes.

SPECIAL EDUCATION AND SEXUALITY: AN ANALYSIS ON THE SEXUALITY OF DISABLED PEOPLE

ABSTRACT

The main point of this article is present questions about taboos and around the deseable people's sexualitie. Many people have a wrong vision about those persons capacity, sometimes we tend to think that their special demands do not aloud them to have a life regarded as a normal. This study wants to desmystify this thinking and discuss about the deseable people sexualitie, not only fisiolodically but mainly in the psycho-social aspect. In order to carry out this study was conducted a bibliographic research and the application of a survey in deseable people having as a target public wheelchairs users.

Key words: Taboos, Sexualitie, Deseable, Wheelchair users.

EDUCACIÓN ESPECIAL Y SEXUALIDAD: UN ANÁLISIS ACERCA DE LA SEXUALIDAD DE PERSONAS CON DEFICIENCIA

RESUMEN

El principal objetivo de este trabajo es presentar cuestiones acerca de tabúes con respecto a la sexualidad de la persona deficiente. Muchas personas tienen la visión distorsionada referente a las capacidades de las personas con deficiencia, creyendo que sus demandas les impiden de tener una vida considerada normal. Este estudio busca desengañar ese pensamiento y discutir la sexualidad de estas personas, no solo en el ámbito fisiológico, sino, y principalmente, en los aspectos psicosociales. Para este enfoque fue realizada una pesquisa bibliográfica y la aplicación de entrevistas en personas con deficiencia, teniendo como público objetivo las personas usuarias de silla de ruedas.

Palabras-clave: Tabúes, Sexualidad, Deficiencia, Usuario de silla de ruedas

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo analisar histórica e culturalmente a sexualidade de pessoas com deficiência. Com base numa visão contemporânea e com suporte histórico sobre a educação especial.

Acerca desse tema, muito se pode discutir, fundamentalmente na educação. A problemática da sexualidade existe, sendo um tabu em nossa sociedade. Se tratando de pessoas com deficiência isso se torna ainda mais taxativo, pois muitas vezes o olhar para essa pessoa é o de cuidar e superproteger, limitando a expressão sexual natural a qualquer ser humano, tendo ele deficiência ou não.

É importante desmistificar a ideia de que a pessoa com deficiência tem a sexualidade demasiadamente aguçada ou atípica. Defender esse tipo de pensamento, preconceituoso e leigo, reafirma estereótipos ultrapassados. Estudos nessa área têm demonstrado que não é possível afirmar *a priori* que essas pessoas terão ou não algum tipo de dificuldade nesse sentido. (MAIA; RIBEIRO, 2011)

Não se pode negar que até os dias de hoje, avanços significativos foram alcançados na educação especial. Mas, no que tange a sexualidade desses indivíduos, ainda há espaço para muitas discussões (FOUCAULT, 2015).

1. Apresentação histórica

1.1 Breve abordagem histórica – o olhar sobre a pessoa com deficiência

Na pré-história, a população era nômade e vivia da caça e da pesca, estando sujeita a ataques de animais e situações extremas. Com essas condições, a aceitação de pessoas que fugiam da normalidade necessária a sobrevivência do povo, era mínima e pessoas com deficiência abandonadas em lugares distantes e perigosos. Pensava-se, na prática, em sua falta de produtividade sendo incapaz de caçar e se manter viva. Não existem registros que confirmem a existência de pessoas com deficiência nessa época, porém, essa hipótese é sustentada pelos dados das condições de sobrevivência.

Em Esparta e Atenas crianças com deficiências físicas eram desconsideradas como humanas, o que justificava seu abandono. Essa prática era sustentada pelo padrão atlético e de beleza que classificava as pessoas e serviam como base da organização sociocultural naquela época. Em Esparta essas pessoas eram lançadas do alto dos rochedos e em Atenas eram rejeitados e abandonados nas praças públicas ou nos campos (BIANCHETTI, 1995).

Aristóteles e Platão admitiam essa prática:

Quanto aos corpos de constituição doentia, não lhes prolongava a vida e os sofrimentos com tratamentos e purgações regradas, que poriam em condições de se reproduzirem em outros seres fadados, certamente a serem iguais progenitores. [...] também que não deveria curar os que, por frágeis de compleição não podem chegar ao limite natural da vida, porque isso nem lhes é vantajoso a eles nem ao Estado (Platão apud BIANCHETTI, 1995).

Na Idade Média a atitude com as pessoas com deficiência permanecia a mesma até a difusão do cristianismo. Um exemplo de influência dos ideais cristãos é a figura de Nicolau que nos anos 300 d.C. acolhia crianças e pessoas com deficiência abandonadas. Com o cristianismo, as pessoas com deficiência ganharam alma e eliminá-las ou abandoná-las significava atentar contra a vontade de Deus (BIANCHETTI, 1995).

Na Idade Moderna surgiram dois intelectuais: Paracelso e Cardano. Paracelso, médico, foi o primeiro a considerar a deficiência mental um problema médico, que necessita de tratamento específico. Cardano, filósofo, além de concordar que a deficiência era um problema médico, se preocupava com a educação dessas pessoas.

Na Idade Contemporânea, entre os mais conhecidos estudiosos da área, Philippe Pinel considerado o pai da psiquiatria considerava que os seres humanos que sofriam de perturbações mentais eram doentes e que ao deviam ser tratados como doentes e não de forma violenta. Foi o primeiro médico a tentar descrever e classificar algumas doenças mentais. Por influência de alguns autores como Pinel, surgem as primeiras escolas pensadas para crianças com deficiência (CAPELLINI, 2008).

Na primeira década do século XX, surgem as escolas montessorianas. O método criado por Maria Montessori, para crianças com deficiências, parte do concreto rumo ao abstrato. Baseia-se na observação de que meninos e meninas aprendem melhor pela experiência direta de procura e descoberta.

"A tarefa do professor é preparar motivações para atividades culturais, num ambiente previamente organizado, e depois

(83) 3322.3222

contato@ceduce.com.br

www.ceduce.com.br

se abster de interferir" (MONTESSORI apud CAPELLINI, 2008).

“Historicamente, a educação especial se configurou como sistema educacional paralelo, com escolas e classes especiais, compostas por alunos com o mesmo tipo de deficiência, atendidos por professores especializados. Nas últimas décadas, entretanto, em resposta às novas demandas e expectativas sociais, os profissionais da educação especial têm-se voltado para a busca de alternativas menos segregativas de absorção desses educandos nas redes escolares” (GLAT; PLETSCHE, 2011, p.17).

Podemos assim afirmar que, atualmente, os alunos com quaisquer tipos de deficiências devem ser inseridos diretamente no ensino regular, pois não é o aluno que deve se adaptar à escola e sim, o contrário. Flexibilizações curriculares e estruturais são necessárias para atender à demanda desses alunos.

1.2 Sexualidade – Um panorama geral

A sexualidade é abrangente e dificilmente se encaixará em uma única definição. Na teoria, é uma fase comum a todos os seres humanos, que se inicia junto com a puberdade, por volta dos 12 anos. Na prática, há controvérsias.

A sexualidade é algo íntimo do ser humano e, como toda característica única, se expressa de forma diferente em cada indivíduo a partir de suas experiências e de suas crenças sociais e culturais.

“Só é possível compreender o desenvolvimento das pessoas e a construção de sua sexualidade individual tomando-se por base a construção da sexualidade ampla, culturalmente determinada e que culmina no modo como se percebe, julga-se e orienta-se o desenvolvimento das práticas sexuais das pessoas” (MAIA apud FOUCAULT, 1988).

Muitas vezes o conceito de sexualidade se confunde com o do sexo, o que torna o assunto tão desconcertante. Mas é importante afirmar que um não depende, necessariamente, do outro. Sexualidade é uma das formas humanas de se chegar ao prazer e isso não diz respeito, estritamente, ao ato sexual e sim qualquer método que tenha como finalidade a realização de alguma forma de satisfação.

“Parece que, por muito tempo, teríamos suportado um regime vitoriano e a ele nos sujeitaríamos ainda hoje. A pudicícia imperial figuraria no brasão de nossa sexualidade contida, muda, hipócrita.

Diz-se que no início do século XVII ainda vigorava uma certa franqueza. As práticas eram ditas sem reticência excessiva e as coisas eram feitas sem demasiado disfarce; tinha-se com o ilícito uma tolerante familiaridade. [...] Um rápido crepúsculo se teria seguido à luz meridiana, até as noites monótonas da burguesia vitoriana. A sexualidade é, então, cuidadosamente encerrada (...)” (FOUCAULT, 2015, p. 7).

Por muito tempo, e até hoje, negamos o fato de todos sermos seres sexuais, em busca de prazer. E isso não implica apenas no fato da relação sexual fisiológica e sim na realização de diversos prazeres. Assim sendo, entende-se a sexualidade como algo velado pelo que ela nos remete: a falta de pudor acerca das relações afetivas que se estabelecem no ato sexual.

“(…)Denominar o sexo seria, a partir desse momento, mais difícil e custoso. [...] Sem mesmo ter que dizê-lo, o pudor moderno obteria que não se falasse dele, exclusivamente por intermédio de proibições que se completam mutuamente: mutismos que, de tanto calar-se, impõem o silêncio. Censura” (FOUCAULT, 2015, p. 19)

De qualquer modo, a sexualidade é um fator que varia de acordo com a genética e a cultura de cada um. Em muitas sociedades vemos que ter a sexualidade negada é natural, a negação é culturalmente construída e aceita, sem mais questionamentos. Nesse sentido, a sexualidade feminina é ainda mais comprometida, pois proíbem-lhe prazer, criando a visão de que só é permitido tocar no assunto na forma de reprodução da espécie.

“Diz-se, frequentemente, que a sociedade moderna tentou reduzir a sexualidade ao casal – ao casal heterossexual e, se possível, legítimo. (...) Assim é a família, ou melhor, assim são as pessoas da casa, os

filhos e, em certos casos, os serviçais. (...) A sociedade moderna é perversa, não a despeito de seu puritanismo ou como reação à sua hipocrisia: é perversa real e diretamente” (FOUCAULT, 2015, p. 51).

1.3 Entendendo a Educação Sexual

A educação sexual busca ensinar e esclarecer questões relacionadas ao sexo, livre de preconceito e tabus. O objetivo principal da educação

sexual é preparar os adolescentes para a vida sexual de forma segura, chamando-os à responsabilidade de cuidar de seu próprio corpo para que não ocorram situações futuras indesejadas, como a contração de uma doença ou uma gravidez precoce e indesejada.

Hoje, a Educação Sexual é um dos temas transversais do currículo das escolas do Brasil.

“Ao tratar do tema Orientação Sexual, busca-se considerar a sexualidade como algo inerente à vida e à saúde, que se expressa no ser humano, do nascimento até a morte. Relaciona-se com o direito ao prazer e ao exercício da sexualidade com responsabilidade. Engloba as relações de gênero, o respeito a si mesmo e ao outro e à diversidade de crenças, valores e expressões culturais existentes numa sociedade democrática e pluralista” (Parâmetros Curriculares Nacionais, 2013, p. 287).

Ainda que seja um tema transversal, previsto nos parâmetros que normatizam a educação nacional, a Educação Sexual ainda é um assunto polêmico entre professores, pais, alunos e funcionários. Entende-se que a discussão das demandas da educação sexual incentiva as crianças, adolescentes e jovens a darem início às suas vidas sexuais precocemente. Como a sexualidade é um tema historicamente velado, essa postura é compreensível, mas permanentemente combatida por alguns profissionais.

“Acerca do reconhecimento da potencialidade da escola enquanto grupo de referência e espaço de significativa importância no processo de construção do ser humano, Salito (2008) destaca sobre a necessidade de que sejam trabalhadas com os adolescentes questões como sexualidade, drogas, projetos de vida, entre outras, valendo-se do respeito à autonomia e reconhecimento das capacidades dos adolescentes” (VIEIRA; MATSUKURA, 2015).

Entendendo que a sexualidade é parte fundamental do desenvolvimento de todo e qualquer indivíduo, a escola sendo um principal grupo social com esse objetivo, tem papel primordial no esclarecimento e discussão desse assunto.

“(…) Destaca-se que as práticas de educação sexual podem promover o diálogo, a troca de experiências e informações, maior autonomia quanto ao exercício da sexualidade, como podem contribuir positivamente com a saúde integral dos adolescentes e favorecer a redução de possíveis consequências indesejáveis advindas das vivências sexuais (Alencar et al., 2008; Borges; Trindade, 2009; Costa et al. 2001).

Pesquisadores do campo da educação sexual têm apontado a relevância de tais práticas educativas serem mais amplas e abordarem as dimensões subjetivas, sociais e culturais da sexualidade, para além dos aspectos biológicos desse fenômeno” (Altmann, 2013, Castro, Abramoway, Silva, 2004, Furlani, 2003, Quirino, Rocha, 2012).

1.4 Educação sexual para pessoas com deficiência

“É possível constatar que a intervenção sobre a sexualidade de pessoas com deficiência mental continua sendo no sentido de limitá-la. Glat e Freitas (2002) relatam que em anos de pesquisa e trabalho com o tema da sexualidade de pessoas com deficiência, os profissionais, ao

(83) 3322.3222

contato@ceduce.com.br

www.ceduce.com.br

solicitarem ajuda para lidar com a sexualidade de pessoas com deficiência esperam ‘resolver o problema’ da sexualidade dessas pessoas de forma a evitar ou restringir qualquer manifestação desta” (LUIZ; KUBO, 2007).

É preciso afirmar que pessoas com quaisquer tipos de deficiência são capazes de manter qualquer tipo de relacionamento social e afetivo. Torna-se necessária a educação sexual para essas pessoas, deixando de tratar o assunto como tabu, naturalizando a questão e eliminando os estereótipos sobre o assunto.

“A educação social limitadora e a impossibilidade de expressão social da sexualidade podem levar a problemas tanto para os deficientes quanto para seus familiares (pais e responsáveis), educadores e profissionais (...)” (MAIA, 2006).

É comum o fato de os familiares não aceitarem que seus filhos, com necessidades especiais, se relacionem amorosamente com outra pessoa. Nesse sentido, está dada a importância da escola tratar desse assunto, assistindo às dúvidas dos pais e dos alunos.

Luiz e Kubo (2007) analisam a abordagem de Maia e Aranha (2005):

“As informações disponíveis sobre comportamento amoroso e sexual de pessoas com alguma deficiência não parecem estar sendo transformadas em comportamentos apropriados dos professores que lidam com essas pessoas, no que se refere à sexualidade delas. Assim, os professores agem com base em valores e crenças pessoais. O incômodo diante de comportamentos sexuais parece decorrer de uma inabilidade e desconforto pessoais para lidar com aspectos da sexualidade do que com os problemas essas manifestações podem causar no processo de ensino-aprendizagem no ambiente da escola”.

Ou seja, muitas vezes os professores e envolvidos no desenvolvimento educacional, limitam esse processo natural do ser humano. A escola é um lugar de aprendizagem, construção e produção de saberes e a atitude de negar a existência da sexualidade priva o aluno do conhecimento sobre essas questões sexuais.

Apesar dos avanços sociais, a deficiência é um conceito histórico que foi e está sendo construído em seus diferentes espaços de tempo e sociedade, assim como a sexualidade. Mesmo hoje, a visão social que existe sobre a pessoa com deficiência é de que é um sujeito obsoleto e assexuado. Estigmatizar esse indivíduo e não enxergá-lo além de suas limitações é dar-lhes o peso de não serem vistos como pessoas e, além disso, definidos por suas diferenças: o cego, o surdo, o cadeirante.

De forma geral, o indivíduo reproduz o que lhe é imposto. Limitar a funcionalidade da pessoa com deficiência é, além de categorizá-la como incapaz de manter relacionamentos afetivos e sexuais, negar melhores condições de vida e a exploração de toda sua potencialidade.

“Abordar o tema da sexualidade humana em circunstâncias normais já não é fácil, e este tema se torna ainda mais complexo no caso de pessoas com deficiência, à medida que a manifestação sexual nessa população foi vista quase sempre como um ‘problema’ e não como um ‘atributo humano positivo” (PAN, 2003).

1.5 Um mito a ser quebrado

“(…) Em geral prevalece uma atitude restritiva em relação à sexualidade da pessoa com deficiência justificada de diversos modos, gerando sentimentos de temor, confusão e culpa. Isso se traduz numa série de preconceitos sociais, ‘mitos’ ou crenças generalizadas, de influência poderosa, que se dão por certas e evidentes, irrefletidas ou inquestionáveis(…)” (MAIA, 2006).

(83) 3322.3222

contato@ceduce.com.br

www.ceduce.com.br

Entre tantos mitos acerca da sexualidade das pessoas com deficiência, existe um, muito comum que atinge até mesmo os profissionais da educação: Afinal, a pessoa com deficiência é hiperssexualizada?

“(…) Como já comentamos, devido ao estigma ou rótulo de ‘anormal’, todas as atitudes e comportamentos destes indivíduos (no nosso caso, os deficientes), assim como sua expressão de sentimentos e desejos, serão sempre vistas a partir do referencial da ‘anormalidade’. Ou seja, sua personalidade ou maneira de ser no mundo, será sempre considerada ‘anormal’” (GLAT, 2007, p. 17).

O desejo sexual é diferenciado entre as pessoas, sejam elas deficientes ou não. Se tratando das pessoas com deficiência, o fato de muitos pensarem que seus desejos sexuais são mais elevados que o considerado normal, na verdade se traduz nas demonstrações públicas e diferenciadas dessas pessoas. O fato é: comportamentos que, para nós, são considerados exagerados acabam se tornando ingenuamente normais para eles. Consideramos algumas atitudes inadequadas, pensamento que é fruto de nossa formação cultural e social, que a pessoa com deficiência ignora. Os fatores podem ser muitos: falta de informação ou até mesmo pouca socialização (MAIA; RIBEIRO, 2011).

Na verdade, o desejo sexual de uma pessoa com deficiência é comparável ao de uma pessoa sem deficiência. A diferença encontra-se em sua manifestação considerada inadequada socialmente.

“(…) De fato, ainda é muito difundida (não só entre leigos mas entre os próprios profissionais de saúde) a crença de que pessoas com deficiência mental não têm condições de controlar seus impulsos sexuais e que precisam ser medicados. É frequente também a queixa, por parte dos pais e professores, de que seus filhos ou alunos se masturbam em público. Paradoxalmente, é considerado como verdade, mesmo por ‘especialistas’, que pessoas com deficiência mental são também deficientes ou retardadas em seu desenvolvimento.

Cria-se então uma situação deveras complicada, pois os familiares e profissionais, por princípio ignoram a sexualidade de seus filhos, alunos ou clientes deficientes e, conseqüentemente, não lhes prestam nenhum tipo de orientação a respeito. Depois, se surpreendem quando os pegam sexualmente excitados, e atribuem seu comportamento ‘inapropriado’ à sua patologia clínica” (GLAT, 2007, p. 15).

Segundo Giami e D’Allones (1984) muitos pais veem seus filhos como crianças, não importando a idade. Infantilizam permanentemente seus filhos por influência de suas deficiências. Em contrapartida, alguns professores enxergam como algo monstruoso considerar que seu aluno com deficiência possui uma sexualidade, tanto quanto qualquer outro aluno, que precisa ser discutida, identificada e desenvolvida. Para alguns educadores, a manifestação da sexualidade de seus alunos com deficiência é exagerada, visão que se explica social e historicamente.

“A ambigüidade dessas concepções, aparentemente tão antagônicas, revela inegavelmente que todas as pessoas com deficiência mental são seres sexuais ainda que sejam vistos ou como ‘anjos’, quando a

(83) 3322.3222

contato@ceduce.com.br

www.ceduce.com.br

sexualidade é reprimida e não manifesta, ou como ‘feras’, quando é expressa, explícita, e muitas vezes, inadequada” (MAIA, 2006).

2. Metodologia

O trabalho foi desenvolvido com base em uma pesquisa exploratória qualitativa, tendo como ênfase as entrevistas realizadas com pessoas com deficiência, especificamente cadeirante, que tenham, ou não, vida sexual ativa.

“(…) A pesquisa qualitativa não se preocupa com

representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. Os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa opõem-se ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria. Assim, os pesquisadores qualitativos recusam o modelo positivista aplicado ao estudo da vida social, uma vez que o pesquisador não pode fazer julgamentos nem permitir que seus preconceitos e crenças contaminem a pesquisa (...)" (GOLDENBERG, 1997, p. 34).

O desenvolvimento desse trabalho foi dividido em partes:

Etapa 1 - levantamento bibliográfico, focando no tema sexualidade e no histórico da educação especial, principalmente no Brasil;

Etapa 2 - elaboração do questionário por meio de formulação criada a partir da ferramenta Google Forms;

Etapa 3 – realização da entrevista que será aplicada em forma de questionário, online, em grupos de cadeirantes no Facebook e também no grupo Associação de Vencedores Adaptados, localizado no CEFAN.

Parte do questionário foi divulgada nas redes sociais (grupos de Facebook e Whatsapp), onde obteve maior parte das respostas (69,5%). Outra parte foi realizada a partir de uma visita ao Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes (CEFAN), que atende ao projeto Associação Vencedores Adaptados (AVA), onde obteve o restante das respostas (30,5%).

O Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes tem sede no Rio de Janeiro e nasceu através da Liga de Sports da Marinha, criada em 1916. O CEFAN tem como objetivo apoiar as Organizações Militares da Marinha do Brasil nas atividades de Educação Física e desportos. Havendo disponibilidade de suas instalações, pode também apoiar outras organizações militares e, também, civis. O CEFAN abriga o projeto Associação dos Vencedores Adaptados (AVA), disponibilizando suas instalações para a reabilitação e treinamento desses atletas (CEFAN, 2012).

A AVA é uma instituição sem fins lucrativos que visa o apoio e o desenvolvimento da pessoa com deficiência através do esporte. O projeto foi idealizado e fundado por um atleta paraolímpico, aqui citado como C.S., que dedica seus conhecimentos acerca do esporte para dar vida à Associação. A visita às instalações do CEFAN onde o projeto AVA funciona foi extremamente enriquecedora. C.S. apresentou o projeto, os atletas e seus locais de treino, bem como seus aparelhos adaptados para se locomoverem, produzidos por eles mesmos que também realizam sua manutenção (AVA, 2017);

Etapa 4 – análise realizada a partir da verificação das respostas das entrevistas que foram transcritas pela pesquisadora e analisadas, levantando dados a partir da criação de gráficos baseados nas fontes levantadas por meio das entrevistas, focando nos seguintes dados: idade, deficiência, dados demográficos, além de respostas abertas voltadas para a questão da sexualidade;

Etapa 5 – conclusão dos resultados obtidos através da pesquisa.

“(...) Os pesquisadores que utilizam os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não

(83) 3322.3222

contato@ceduce.com.br

www.ceduce.com.br

quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens. Na pesquisa qualitativa, o cientista é ao mesmo tempo o sujeito e o objeto de suas pesquisas. O desenvolvimento da pesquisa é imprevisível. O conhecimento do pesquisador é parcial e limitado. O objetivo da amostra é de produzir informações aprofundadas e ilustrativas: seja ela pequena ou grande, o que importa é que ela seja capaz de produzir novas informações (...)" (DESLAURIERS, 1991, p. 58).

3. Resultados e discussão

3.1 Análise descritiva do questionário

O questionário utilizado na pesquisa foi elaborado a partir da realidade da pessoa com deficiência, especificamente os cadeirantes.

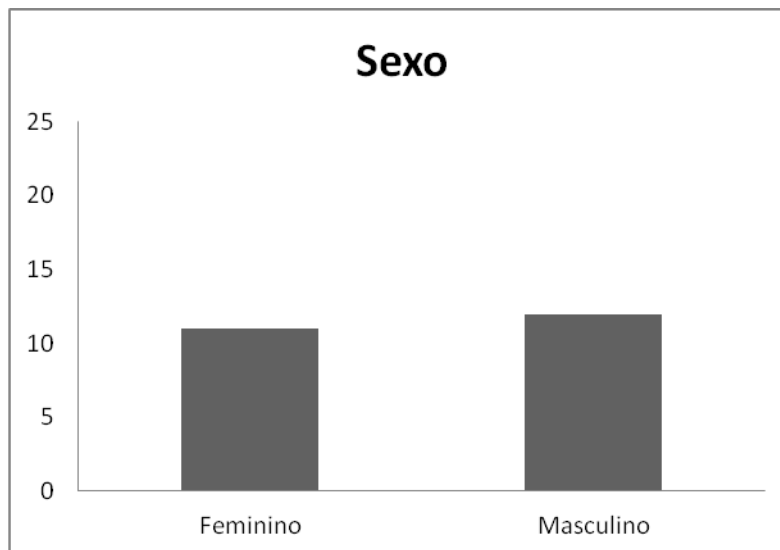
As primeiras perguntas (sexo, idade e orientação sexual) foram pensadas para efeito de construção de perfil do público, antes de serem analisados os dados acerca da sexualidade dos entrevistados, para que a análise das respostas se tornasse mais concludente.

(83) 3322.3222

contato@ceduce.com.br

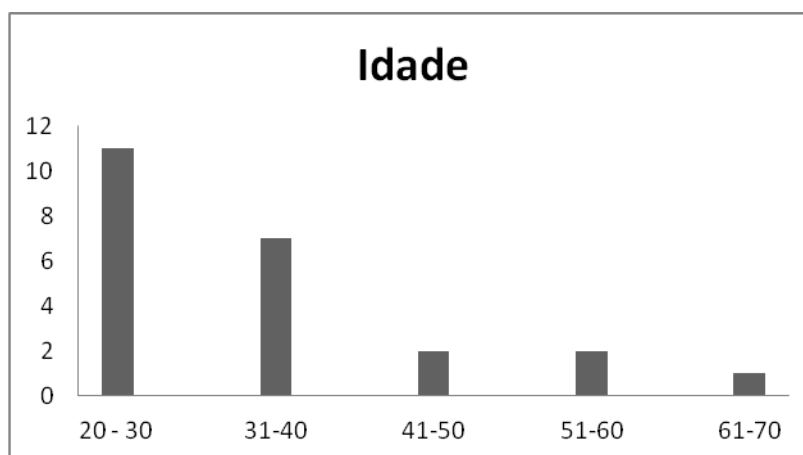
www.ceduce.com.br

De acordo com as 23 pessoas que foram entrevistadas, foi constatado que 52,1% é do sexo masculino e 47,9% do sexo feminino.

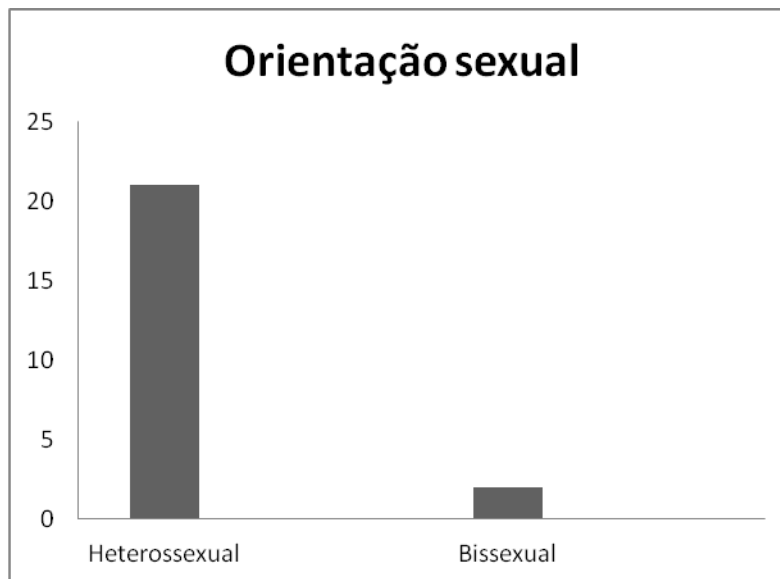


Com o levantamento desse dado inicial, constata-se que a diferença entre o sexo dos entrevistados é mínima e, dessa forma, não podemos determinar um perfil enfático a partir desse índice.

A partir da verificação da idade dos entrevistados foi possível verificar maior disparidade entre os dados adquiridos, assim percebemos que a média maior de idade está entre 20 e 25 anos de idade, como vemos no gráfico a seguir:

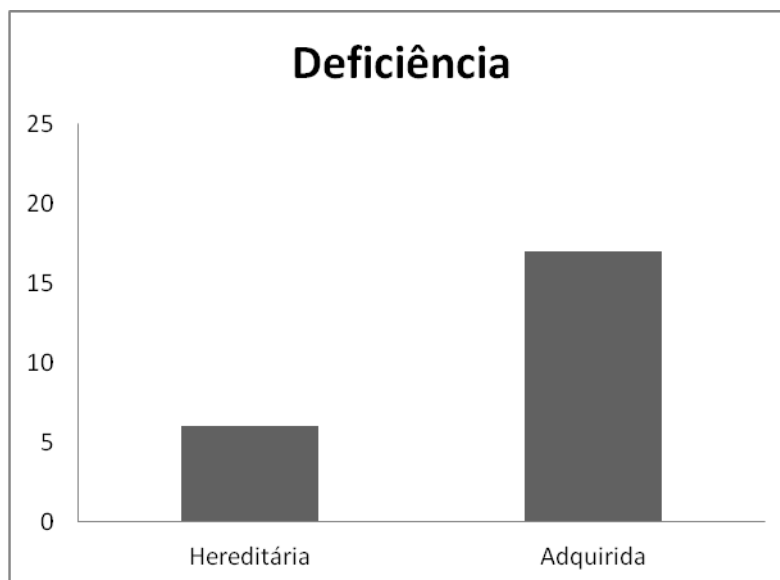


Com base na observação das respostas acerca da orientação sexual dos entrevistados, podemos perceber que, embora existam os que se declaram bissexuais, apenas 0,8%, entre os entrevistados a maioria se declara heterossexual, podendo assim estabelecer um índice de diferença significativo entre os entrevistados.

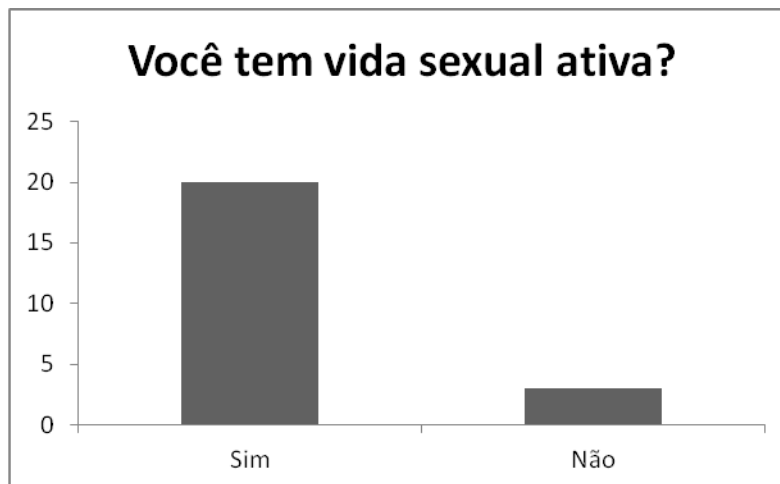


A pergunta a seguir tinha como objetivo fundamental estabelecer conexão entre as respostas colhidas e as informações sobre a vida sexual dos entrevistados. A finalidade era analisar o quanto o tipo de deficiência influencia na possibilidade da pessoa com deficiência manter uma vida sexual ativa e saudável. Foram entrevistados 23 cadeirantes, tendo 73,9% dessas pessoas declarando ser pessoa com deficiência de forma adquirida.

O que nos leva a refletir sobre a visibilidade dessa questão é o que um dos entrevistados, que afirmou que sua deficiência é hereditária, declarou: *“Eu nunca corri. Se eu nunca corri, como teria vontade de correr?”* (Entrevistado 21).



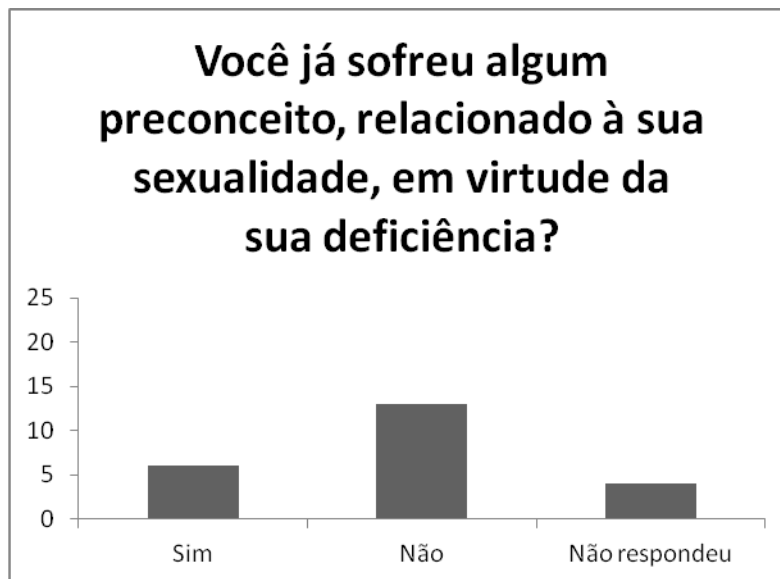
Ainda assim, dos entrevistados, 86% declarou ter a vida sexual ativa, mesmo as pessoas que declararam deficiência de forma adquirida, como o gráfico a seguir expõe:



A análise desses dados comprova mais um mito acerca da sexualidade da pessoa com deficiência, agora especificamente as de forma adquirida. Como aqui entendemos a sexualidade na forma da busca do prazer, quaisquer pessoas, mesmo dadas as suas limitações, buscarão essa satisfação inata ao ser humano. Essa busca não depende somente do ato sexual como imaginamos ser, por exemplo, a penetração. Não há o que limite a busca de satisfação inerente ao ser.

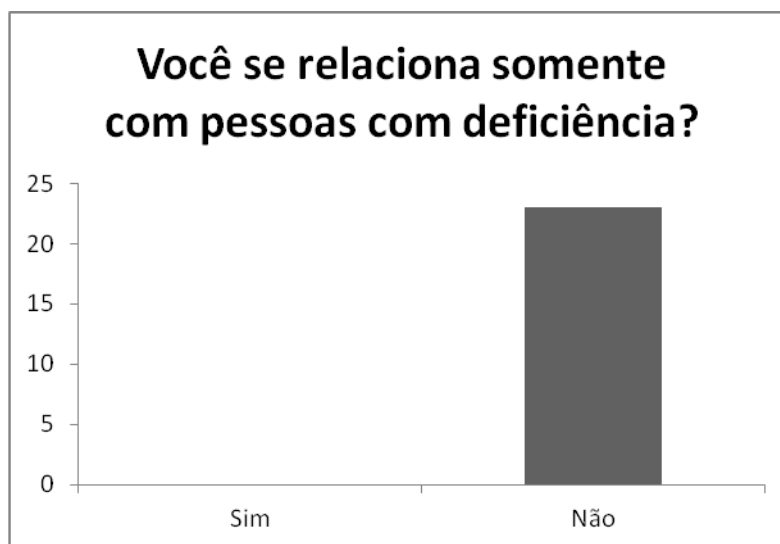
“Podemos ser tentados a especular que, do ponto de vista psicodinâmico, a negação dos direitos sexuais das pessoas com deficiências é uma extensão da atitude de que elas são eternas crianças. Sexo é proibido para crianças; é o privilégio dos adultos (pais). A noção de uma criança tendo uma atividade sexual pode estimular a ansiedade dos adultos, talvez até mesmo por eles terem tido sua própria sexualidade reprimida durante a infância. Logo, qualquer forma de expressão sexual deve ser, então, reprimida” (GLAT, 2007 apud SYMANSKI e JANSEN, 1989).

E, embora tenhamos a construção da imagem da pessoa com deficiência como assexuada ou eterna e permanentemente infantilizada, ao serem questionados acerca do preconceito em virtude da deficiência, principalmente no contexto da sexualidade, a maioria afirma não ter sofrido prejulgamento.



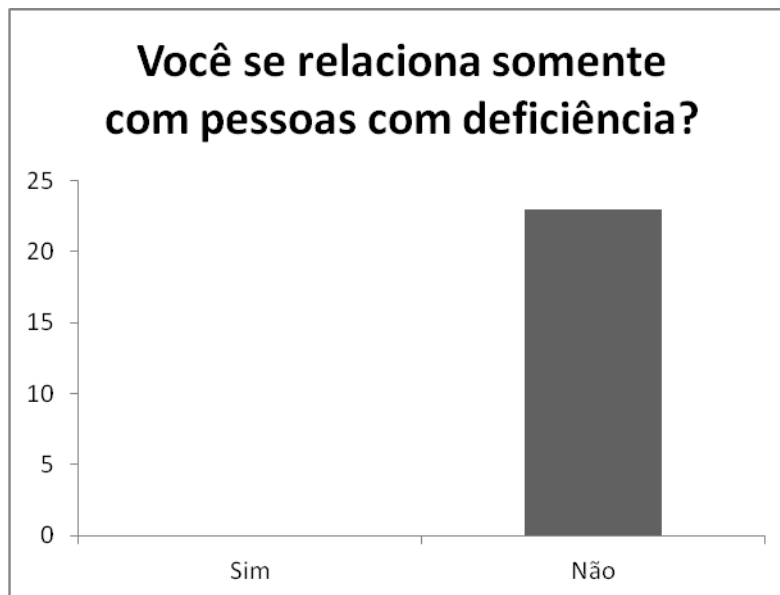
“(…) A experiência da sexualidade, e da corporalidade de maneira geral, é parte integrante do processo de formação de identidade, o qual por sua vez é determinado fundamentalmente pela mensagem que o indivíduo recebe das pessoas com as quais convive (…)” (GLAT, 2007, p. 16).

A fim de desconstruir ou, pelo menos, repensar mais um preconceito que tange a sexualidade da pessoa com deficiência, das 20 que confirmaram ter a vida sexual ativa, 100% afirmou que não se relaciona apenas com pessoas com deficiência, não sendo esse um parâmetro para manterem sua vida afetiva.



Com relação a sentirem sua sexualidade reprimida ou até mesmo contestada, um número significativo de pessoas afirmou já terem se sentido assim ao pensarem nessas demandas, mas ainda assim a maioria afirmou não ter problemas ao lidar com o tema. Pôde-se perceber, principalmente por meio das entrevistas realizadas em campo no CEFAN, que essa noção de sensibilidade acerca da própria sexualidade para eles não parte das outras pessoas. Eles não

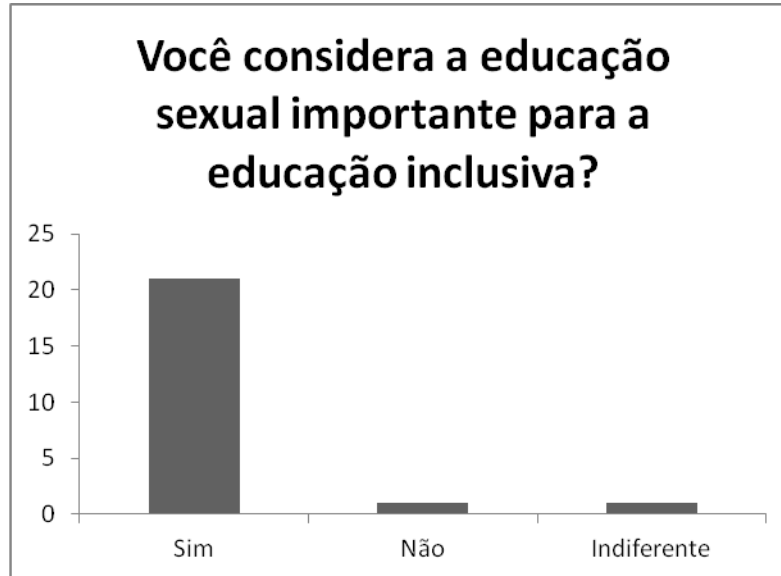
sentem sua sexualidade reprimida por ninguém, pois isso se inicia na forma com que eles mesmos se enxergam. A partir do momento em que a própria pessoa aceita sua condição e não reprime seus desejos, não existe margem para que outrem o faça.



“[...] a imagem que uma pessoa tem de si e de seu corpo, é uma função dos conceitos, ideias e valores que o grupo social ao qual ela pertence lhe atribui. Essa formação de identidade, que consiste em comparar-e-ajustar as suas características pessoais (tanto inatas quanto adquiridas) aos padrões reconhecidos como normais pelo grupo social, é a própria essência do processo de socialização ao qual o indivíduo é exposto desde que vem ao mundo [...]” (GLAT, 2007, p. 16).

A partir disso, foram colocadas as questões sobre a educação sexual e como ela pode ser importante para a própria autoestima da pessoa com deficiência e ao serem questionados sobre a importância da educação sexual para suas demandas, a maioria afirmou considerar a abordagem satisfatória para pensar a vida social e afetiva da pessoa com deficiência.

“(...) E este é o grande problema das pessoas com deficiências ou qualquer outro estigma: a partir do momento em que alguém é identificado (ou diagnosticado) como desviante ou anormal, todas as suas outras características ou atributos são subestimados, e ele passa a ser visto unicamente em termos da categoria estigmatizante. Ele deixa de ser uma pessoa e passa a ser apenas um exemplo do estigma (...)” (GLAT, 2007, p. 17)



“Destaca-se que as práticas de educação sexual podem promover o diálogo, a troca de experiências e informações, maior autonomia quanto ao exercício da sexualidade, como podem contribuir positivamente com a saúde integral dos adolescentes e favorecer a redução de possíveis consequências indesejáveis advindas das vivências sexuais” (VIEIRA e MATSUKURA, 2017 apud ALENCAR; BORGES; TRINDADE; COSTA, 1990).

O questionário também se preocupa com a questão da deficiência gerar alguma dificuldade ou desconforto para o cadeirante manter uma vida sexual ativa. Entre os entrevistados, todos afirmaram que a deficiência não é um fator determinante para serem ou não ativos sexualmente, mesmo os que afirmaram não ter a vida sexual ativa.

Com relação à família e o olhar do familiar acerca do tema, a maioria respondeu que os mesmos lidam com total normalidade. A entrevistada 7 respondeu que a família não tem conhecimento da sua vida sexual. Outros declararam sentir que a família mantém algum receio ao tratar do assunto.

“No início meus pais achavam que eu não poderia namorar, mas com as consultas ao psicólogo, entenderam que eu posso ter uma vida ativa em qualquer situação” (Entrevistada 3).

“[...] ainda é bastante arraigado, tanto entre os familiares, quanto entre os profissionais, o mito de que a sexualidade dos portadores de deficiência mental (ou qualquer outro tipo de deficiência) é por natureza intrinsecamente problemática, quando não patológica. Esta visão, sem dúvida alguma, é um resquício do modelo clínico tradicional, infelizmente ainda bastante tradicional em nosso país, que enfatiza a atenção ao déficit e à patologia” (GLAT, 1989; 1992; 2007, p. 12).

Ao serem questionados sobre como seus parceiros lidam com a sua deficiência, a maioria respondeu que lidam muito bem ou de forma normal e tranquila. Algumas declararam que a relação com o parceiro melhorou com o tempo.

“Atualmente bem, mas já tive parceiros que tinham vergonha de me apresentar aos amigos” (Entrevistada 2).

“No início as pessoas pensavam que não podiam chegar perto de mim ou que me ofenderiam caso entrassem nesse assunto. Mas com o tempo e com a minha postura ao falar disso, isso mudou” (Entrevistada 19).

“Sou viúvo e estou noivo há dois anos, me caso no ano que vem. Meu irmão já chegou a falar para meus amigos que eu devia pagar as mulheres para estarem comigo” (Entrevistado 21).

“(…) O homem é um ser social. A imagem que ele vê de si é a que lhe é refletida pelos espelhos-homens que o cercam. Pode-se dizer, portanto, que o autoconceito ou identidade pessoal de um indivíduo se forma e se desenvolve, em grande parte, em função das percepções e representações dos outros” (GLAT, 1989, p. 15).

Ao perguntar às pessoas com deficiência adquirida se sua deficiência mudou sua vida sexual, apenas três pessoas declararam não terem sentido ou notado alguma mudança. As outras pessoas declararam ter percebido alguma diferença, seja ela física ou psicológica, como podemos perceber a partir de algumas declarações citadas abaixo:

“Sim. As pessoas têm medo de se aproximar de mim, achando que vão me ofender ou que eu não posso ter um namorado ou construir uma família normal” (Entrevistada 3).

“Mudou, pois antes de adquirir a deficiência, meu corpo tinha estímulos diferentes. Perdi um pouco da sensibilidade no corpo, portanto necessito ser muito mais estimulada agora” (Entrevistada 7).

“Sim, tenho dificuldade de ereção” (Entrevistado 9).

No final do questionário, todos deveriam deixar suas opiniões acerca do tema da pesquisa e, também, sobre a importância de discutir a sexualidade da pessoa com deficiência. A maior parte dos entrevistados achou a pesquisa satisfatória e importante para a visibilidade da pessoa com deficiência. Alguns acharam irrelevante e sugeriram a abordagem de outro tema que consideraram mais importante.

“É importante o estudo relacionado ao deficiente não só na área sexual, mas num todo. Porém a vida sexual é interessante, pois ninguém se interessa por essa área e, com os estudos, muitas coisas poderiam ser entendidas e até descobertas” (Entrevistada 6).

“Acho superimportante, pois muitas vezes PCDS são vistos como seres assexuados e isso contribui para sua exclusão” (Entrevistada 7).

“É uma pesquisa importante para nos ajudar a sermos livres sexualmente” (Entrevistada 9).

“Muito interessante essa pesquisa, pois geralmente não falam sobre isso, como se as pessoas com deficiência não tivessem vida sexual. Portanto é importante para mostrar a todos que pessoas com deficiência são pessoas normais” (Entrevistado 12).

“Acho desnecessário. Seria melhor uma pesquisa sobre acessibilidade e pesquisas de doenças raras e adquiridas” (Entrevistada 17).

“(…) Dado o reconhecimento social acerca da necessidade de se desenvolverem práticas de cuidado voltadas à saúde integral dos adolescentes, bem como voltadas à saúde sexual e reprodutiva, diversas políticas, programas e documentos públicos têm se debruçado em questões vinculadas à educação sexual. No Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), por exemplo, no artigo 11 aponta-se o direito de crianças e adolescentes ao acesso à saúde integral e, nessa direção, reforça-se a necessidade de garantia de acesso dos adolescentes aos serviços de cuidado à saúde integral, bem como às questões de sexualidade (…)” (VIEIRA e MATSUKURA, 2017).

4. Conclusão

Falar sobre sexualidade, em geral, promove polêmica. Porém, o assunto precisa ser discutido nas esferas da educação, para além da sala de aula, incluindo políticas públicas que envolvam e naturalizem esse tema.

“Um programa educacional adotado em 20 escolas públicas de quatro cidades mineiras conseguiu modificar o comportamento sexual de jovens entre 10 e 19 anos [...]

Com a duração de um ano letivo, o Programa de Educação Afetivo-Sexual (Peas), elaborado pela Fundação Belgo, propôs atividades para 4.795 adolescentes dentro e fora de sala de aula, promovendo o debate de temas que contribuíssem para a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e para a redução de gravidez não planejada, com base na adoção de um comportamento sexual mais responsável, que inclui o aumento do uso de preservativos e de métodos contraceptivos. Os pesquisadores reconhecem que a intervenção não só gerou mudanças positivas no comportamento sexual, como não teve efeito na idade da primeira relação, ou seja, antecipou nem estimulou a iniciação sexual” (UOL, 2009).

Como no exemplo do estado de Minas, é preciso discutir, conversar e desmistificar a sexualidade. Não existem razões para que algo comum a todos, como a sexualidade, esteja com raízes tão preconceituosas, fincadas entre os muros das nossas escolas.

Pensando na inclusão integral da pessoa com deficiência, é preciso incluí-la também nas questões sobre a educação sexual. Devemos criar a consciência de que um ser plenamente inserido socialmente é refletido em todas as esferas humanas, inclusive a sexual.

“(...) A gente resolveu casar, mas só depois de seis anos. No início, a família da Michele teve um pouco de preconceito. A mãe dela dizia: 'é isso mesmo que você quer, minha filha? Ele é paraplégico'. A minha situação assustava um pouco os familiares dela, até que eles me conheceram melhor, se certificaram de que eu poderia trabalhar e ter as mesmas condições de uma pessoa que anda (...)” (UOL, 2017).

Muitas vezes, no caso de deficiência física adquirida, a preocupação da pessoa com deficiência é sua nova condição perante a sociedade. Essas pessoas enfrentam suas próprias inseguranças e, em paralelo, lidam com o receio de seus parceiros, da família de seus parceiros e da sua própria família. É importante ressaltar que a identidade de todo indivíduo também é construída pela sua convivência em sociedade e, partindo desse pressuposto, a integração, e também a reintegração, da pessoa com deficiência precisa partir, também, do olhar do outro.

“(...) É claro que não estamos de modo nenhum negando a existência concreta de deficiências físicas, sensoriais e cognitivas. As deficiências existem, impõem impedimentos reais ao desenvolvimento biopsicossocial, e são a razão primordial para a estigmatização desses indivíduos. O ponto que estamos querendo enfatizar, entretanto, é que pessoas com deficiência funcionam em um nível muito mais baixo de autonomia e inserção social do que seria permitido por sua condição orgânica, por terem sido tratadas a sua vida como pessoas dependentes e incapazes de participar do convívio social” (GLAT, 2007, p. 18).

É preciso compreender que, muitas vezes, as possibilidades dessas pessoas são limitadas às suas deficiências e que isso torna inexecutável a verdadeira e efetiva inclusão desse indivíduo.

“(...) Antes de encerrar essa discussão, gostaríamos de reforçar mais uma vez nossa posição, esperando que seja compartilhada por um número cada vez maior de profissionais, familiares, e do público de maneira geral: deve ser prioritário, em nossas escolas e instituições especializadas, um trabalho terapêutico educacional que vise promover o desenvolvimento saudável e livre da sexualidade das pessoas com deficiências. Sem tal proposta, em nossa opinião, qualquer tentativa de integração social será certamente superficial e limitada” (GLAT, 2007, p. 59).

Para além da discussão da educação sexual, há a necessidade de reconhecer a pessoa com deficiência como sujeito integral da sociedade e isso inclui pensá-lo como indivíduo ativo no que tange, também, a sua sexualidade. Devemos ter como constituinte fundamental um processo cambiante no âmbito das vivências desse sujeito, em sua qualidade de experiências. A relação da família, os profissionais envolvidos, o mercado de trabalho e os relacionamentos amorosos são fundamentais para a inclusão das pessoas com deficiência. E não existe inclusão quando há preconceito.

5. Referências bibliográficas

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*

GLAT, Rosana; FERNANDES, Edicléia Mascarenhas. *Da educação segregada à educação inclusiva: uma breve reflexão sobre os paradigmas educacionais no contexto da educação especial brasileira*

GLAT Rosana; FREITAS, Rute Cândida. *Sexualidade e deficiência mental: pesquisando, refletindo e debatendo sobre o tema*

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas*

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas*

LUIZ, Elaine Cristina; KUBO, Olga Mitsue. *Percepções de jovens com Síndrome de down sobre relacionar-se amorosamente*

RODRIGUES, Olga Maria; MARANHE, Elisandra André In *Práticas em Educação Especial e Inclusiva na área de deficiência mental/ CAPELLINI, Vera Lucia Messias Fialho (org.)*

MAIA, Ana Claudia Bortolozzi; REIS-YAMAUTI, Verônica Lima; SCHIAVO, Rafaela de Almeida; CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho;
VALLE, Tânia Gracy Martins. *Opinião de*

(83) 3322.3222

contato@ceduce.com.br

www.ceduce.com.br

professores sobre a sexualidade e a educação sexual de alunos com deficiência intelectual

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. *Desfazendo mitos para minimizar o preconceito sobre a sexualidade de pessoas com deficiência*

SILVA, Luiz Carlos Avelino; ALBERTINI, Paulo. *A reinvenção da sexualidade masculina na paraplegia adquirida*

VIEIRA Priscila Mugnai; MATSUKURA, Thelma Simões. *Modelos de educação sexual na escola: concepções e práticas de professores do ensino fundamental da rede pública*

Fontes

Scielo

Google acadêmico

http://www2.uol.com.br/vivermente/noticias/educacao_sexual_e_eficaz_revela_estudofeito_em_escolas_de_minas_gerais.html Acesso em 12/01/2015 às 13h 28min

<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/orientacao.pdf> Acesso em 04/07/2015 às 17h 22min

<http://www2.fc.unesp.br/educacaoespecial/material/Livro2.pdf> Acesso em 04/07/2015 às 17h 48min

<http://www.infoescola.com/sexualidade/o-que-e-sexualidade/> Acesso em 05/07/2015 às 08h 54min

<https://www.avavencedores.com/> Acesso em 17/06/2017 às 13h 54min

<https://www.mar.mil.br/cefan/page10.html> Acesso em 17/06/2017 às 12h 58min

<https://estilo.uol.com.br/comportamento/noticias/redacao/2017/06/16/cadeirante-fala-dos-desafios-do-sexo-tive-medo-de-nao-poder-mais-transar.htm> Acesso em 24/06/2017 às 15h 51min